

## Domíngadas pedagógicas ou o imperial fracasso educacional na lógica comercial da ideologia neoliberal

65

RENATO NUNES BITTENCOURT\*

### Resumo:

Este artigo é uma espécie de relato de experiências pedagógicas, assim como um ensaio no qual se desenvolvem considerações críticas sobre a comercialização desonesta do sistema de ensino na era contemporânea, circunstância que compromete o futuro da educação nacional.

**Palavras-Chave:** Decadência Cultural; Ensino Comerciário; Crise de Valores.

**Abstract:** This article is a species of story of pedagogical experiences, as well as an essay in which if they develop critical considerations on the dishonest commercialization of the system of education in the age contemporary, circumstance that compromises the future of the national education.

**Key words:** Cultural Decay; Education Commercial; Crisis of Values.



\* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; Professor da FACC-UFRJ e do Curso de Especialização em Pesquisa de Mercado e Opinião Pública da UERJ.



### **Introdução**

O sistema comercialista de ensino se caracteriza pela predominância dos critérios mercadológicos da lógica empresarial sobre os valores educacionais genuínos, interferindo constantemente na vivência pedagógica das instituições de ensino. Nessa estrutura econômica, a autonomia cultural se submete aos parâmetros do mercado, ocasionando prejuízos intelectuais e éticos nas vidas de todas as partes envolvidas nesse processo, transformados em coisas vendáveis, meros objetos mercadológicos.

A motivação intelectual para a redação de tal artigo consiste em denunciar para a comunidade acadêmica e para o público de leitores as péssimas condições profissionais estabelecidas pelas corporações mercantilistas de ensino para os seus docentes, assim como analisar a ideologia comercial que chancelam essas arbitrariedades, em especial a degradação da respeitabilidade pela figura do docente, explorado intelectualmente sem que venha a obter o devido reconhecimento pedagógico do grupo mantenedor das instituições de ensino.

### **O sistema comercialista de ensino**

Pelo conceito de “sistema comercialista de ensino” entendemos a tendência própria ao parâmetro de mercado que faz da educação um produto extremamente lucrativo para os empresários mantenedores desses estabelecimentos de ensino de regime privado. Obviamente que qualquer instituição privada de ensino necessita de sustentabilidade financeira para que consiga se sustentar materialmente em plenas condições, em especial numa época assolada por diversas crises econômicas que prejudicam o progresso da qualidade de vida e das necessidades básicas do tecido humano a sociedade capitalista; no entanto, o foco de nossa crítica se direciona para a subversão do espírito educacional promovido pelo “sistema comercialista de ensino”, quando este faz da educação um mero recurso de obtenção especulativa de lucro monetário, explorando ao máximo as capacidades profissionais do corpo docente e concedendo-lhe o mínimo de benefícios materiais. Por conseguinte, trata-se de uma relação completamente injusta, tornando a atividade intelectual do professor algo desprovido de respeitabilidade social.

A ideologia do “sistema comercialista de ensino” se caracteriza por propagar discursos que revelam o propósito maior dos mantenedores da instituição: “o estudante é um cliente”; isso nada mais é do que comparar o processo de ensino a um sistema mercadológico, tal como constamos através da grande palavra de ordem da sociedade de consumo, segundo a qual “o freguês tem sempre a razão”, ratificando assim a ideologia neoliberal:

Numa economia de mercado o consumidor é soberano. É ele que manda, e o empresário tem que se empenhar, no seu próprio interesse, em atender seus desejos da melhor maneira possível [...] O empresário bem-sucedido é aquele que consegue antever os futuros desejos dos consumidores, melhor do que os seus competidores. Para o empresário, na qualidade de vassalo do consumidor, é irrelevante se os desejos e necessidades dos consumidores decorrem de uma escolha, racional ou emocional, moral ou imoral. O empresário procura produzir o que o consumidor quer. Nesse sentido pode-se dizer que ele é amoral (VON MISES, 2010, p. 20).

Tal discurso obtuso é pertinente para uma loja comercial ou uma lanchonete, jamais para um estabelecimento de ensino que preconize o apreço pela educação; ora, mas talvez o diretor-burocrata de uma escola regida pela lógica comercialista tenha exercido em algum momento de sua existência mesquinha as funções de empresário do ramo de vendas, o que explica os resquícios de tal disposição em sua personalidade grosseira. Talvez esse empresário do ensino entre nesse ramo mercadológico para realizar lavagem de dinheiro dos seus negócios ilícitos. A Medalha Tiradentes que é concedida pelos parlamentares ao diretor-

comercialista de ensino evidencia a falta de critérios rigorosos na concessão de tal comenda, retirando a legitimidade moral desse mérito. Se nosso herói nacional, patriarca republicano, foi despedaçado pelo despotismo colonial, nos tempos atuais ele é novamente destroçado quando uma instituição comercialista de ensino recebe a outorga em seu glorioso nome.

Toda instituição educacional que preconize efetivamente a qualidade de ensino e a manutenção rigorosa do seu planejamento pedagógico persevera em preservar, acima de tudo, o ímpeto didático nas disposições de ânimo de seu corpo docente, tornando assim o ambiente profissional do ensino agradável e estimulante para a superação contínua das capacidades criativas dos seus professores. Entretanto, quando uma instituição de ensino é regida pelo famigerado sistema comercialista, que faz da educação um desprezível objeto mercantil, a situação muda drasticamente: nessa instituição impera a insegurança existencial e a instabilidade profissional, pois certamente a figura do diretor-empresário, elemento pouco afeito ao espírito da educação e muito apegado aos lucros advindos da especulação sórdida da cultura, está preocupado apenas em prosperar materialmente, pouco se importando assim com o enriquecimento da qualidade de vida e do aprimoramento das condições profissionais dos seus professores. Segundo José Contreras,

A escola começa a se movimentar para oferecer o que atrai a clientela. E a clientela se movimenta em função do que sente como competitivo no mercado social. Assim, enquanto escola e usuários não se sentarem para discutir o que acreditam que deveria ser a prática educativa, ambos estarão fazendo movimentos de ajuste a partir de

demandas e necessidades que eles próprios não construíram, porque não atuam enquanto grupo que toma decisões deliberativas e compartilhadas, senão como agentes isolados guiados por interesses individuais, não sociais. Não participam na definição coletiva da educação e de sua vinculação com a sociedade, mas tão somente em processos de escolha e de adequação a partir de decisões dos quais estão excluídos, porque são decisões tomadas pela administração (CONTRERAS, 2012, p. 285-286).

Eis assim a mais nítida expressão da dinâmica “líquida” da dita sociedade pós-moderna, aplicada ao espaço pedagógico, o que não deixa de ser uma contradição absurda, pois justamente o local onde deveria ocorrer a contestação da ideologia mercantilista que promove o empobrecimento da estrutura intelectual da sociedade não é mais capaz de estabelecer a riqueza de pensamento, a singularidade reflexiva e a autonomia da escolha individual. Tal como magistralmente apresentada por Bauman,

A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciosa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras dos destruídos e evitar ser jogado no lixo (BAUMAN, 2007, p. 10).

Com efeito, o professor submetido aos parâmetros neoliberais da gestão empresarial nos institutos de ensino vive sob a incerteza constante de seu futuro profissional, impossibilitado assim de desenvolver projetos de longo prazo em sua existência pessoal. O professor é obrigado a chancelar a visão usual segundo a qual sua atividade profissional é como um sacerdócio pelo qual deve dedicar toda abnegação material em sua vida, inclusive aceitando os baixos vencimentos que lhe impedem uma

emancipação financeira significativa. Enquanto isso, o especulador-educacional prospera economicamente sem qualquer pudor.

### O conceito de “Domingada Pedagógica”

Nas décadas iniciais do século XX, os esquemas táticos dos times de futebol raramente possibilitam ao zagueiro a oportunidade de avançar regularmente no campo de ataque, e não se exigia desses atletas maiores habilidades técnicas; entretanto, um dos primeiros zagueiros a romper com esse paradigma foi o célebre Domingos da Guia, que demonstrava grande técnica no desarme aos jogadores adversários e, mais ainda, driblava-os, evidenciando assim muita coragem e competência. Todavia, muitos zagueiros que tentavam imitá-lo falhavam nesse intento, e assim perdiam a bola para o atacante adversário, comprometendo o sucesso da equipe. A partir de então, no jargão do futebol, convencionou-se chamar jocosamente de “domingada” a tais erros cometidos por imprudência.

Da mesma forma que um zagueiro pode cometer falhas grosseiras que prejudicam o sucesso de sua equipe, por que também um diretor de estabelecimento de ensino não poderia a partir das atitudes inconsequentes e gananciosas prejudicar não apenas o sucesso de sua instituição pedagógica, mas também do processo educacional como um todo? Nessas condições, podemos dizer que, no âmbito do sistema educacional, quem mais comete “domingadas” é o “diretor-burocrata”, isto é, o empresário do ramo de ensino que constantemente interfere com elementos alheios aos superiores propósitos educacionais na dinâmica do ensino, prejudicando assim o perfeito andamento dos processos pedagógicos.

O “diretor-burocrata”, praticante contumaz das domingadas pedagógicas, sofre de uma curiosa miopia intelectual que o impossibilita de enxergar a educação de maneira sistêmica, global, integrada. Somente os fatores numéricos do dinheiro capitalizado lhe interessam. Seja pela graça de Domingos ou atendendo por qualquer outro nome, o “diretor-burocrata” adepto da cartilha neoliberal somente encontra significação existencial cometendo suas domingadas pedagógicas cotidianas, assim como seus grosseiros erros de linguagem, circunstância que evidencia o terrível fato de que a riqueza adquirida por esse inescrupuloso empresário não se converteu em capital simbólico que lhe proporcione cultura, polidez, etiqueta.

Podemos afirmar que falta ao “diretor-burocrata” a experiência imanente na sala de aula, mas como tal figura obteve o poder institucional através de mecanismos estranhos ao da autêntica competência intelectual, ele se outorga o direito de interferir conforme o seu bel-prazer no processo pedagógico estabelecido pelos professores. Alocado horas e horas no conforto do seu gabinete, a visão do “diretor-burocrata” se torna limitada e sua mente obtusa; somente o som que vibra em seus tímpanos é o do tilintar das moedas. Nos dias tenebrosos das domingadas pedagógicas, o carvalho da educação é carcomido pelos parasitas econômicos do mercado, o ensino é talhado em madeira podre.

O diretor-burocrata adepto das domingadas pedagógicas é a reencarnação do “filisteu da cultura”, o estúpido rebento da modernidade que é incapaz de compreender os valores superiores da existência se não for pela perspectiva do lucro, da rentabilidade financeira. Não resta qualquer dúvida que “diretor-empresário-especulador”

não está de forma alguma comprometido com o desenvolvimento da cultura e da educação social; pelo contrário, esse tipo humano simbolicamente corrompido pela sua cobiça deseja apenas prolongar a barbárie social, pois ao invés de fazer valer na instituição de ensino em que ele exerce o seu jugo os autênticos princípios éticos e pedagógicos, estabelecendo a disciplina mental aos estudantes e a valorização profissional do ofício docente, em verdade promove a subversão dos princípios superiores da educação, da cultura e da cidadania. Para se evitar a evasão dos estudantes é imprescindível se fazer avaliações excessivamente flexíveis. O aluno paga, logo ele sempre está “correto” em seus juízos, pretensões e gostos, cabendo ao professor acatar inexoravelmente aos imperativos de seu “cliente especial”. De acordo com Paula Sibilia,

Na oferta educacional contemporânea busca-se oferecer um serviço adequado a cada perfil de público, proporcionando-lhe recursos para que cada um possa triunfar nas árduas disputas de mercado. Isso não é para todos, como a lei, mas tem uma distribuição desigual como o dinheiro: todos os consumidores querem ser distintos e únicos, singulares, capazes de competir com os demais para se destacar com suas vantagens diferenciadas, num mundo globalizado no qual impera um capitalismo cada vez mais jovial, embora também feroz (SIBILIA, 2012, p. 132).

Em nossa decadente sociedade marcada por sua irracional disposição tecnocrática, é fato que a importância cultural do professor cada vez mais se torna desvalorizada, circunstância que se reflete especialmente nas instituições “comerciárias” de ensino, que, apesar de cobrarem de seu corpo discente taxas de mensalidade de valor exorbitante,

repassam para o professorado uma ínfima quantia em relação aos rendimentos obtidos, explorando ao máximo as capacidades profissionais do docente; tanto pior, representando a visão de mundo própria dos tempos líquidos da modernidade, o cargo mais flexível e inseguro no sistema comerciário de ensino é o do professor, pois basta que surja desentendimentos entre o docente e alguns estudantes para que a instituição “comerciária” de ensino se aproveite disso para demitir o profissional. Segundo Cleon Cerezer e José Outeiral,

Na atualidade, um novo valor de competência profissional é a habilidade de readaptação rápida aos contextos. A rapidez exigida nesse processo é proporcional ao não questionamento das atitudes necessárias para a manutenção do lucro das empresas, inclusive “as da educação”, pois isto cada vez mais também é visto e tratado como mercadoria (CEREZER & OUTEIRAL, 2011, p. 43).

O mantenedor de uma instituição “comerciária” de ensino se assemelha ao empresário dono de uma fábrica que, sendo detentor dos meios de produção, se aproveita da força de trabalho do operário para prosperar materialmente através da miséria alheia. Apesar de vivermos em uma sociedade regida pela necessidade de permanente obtenção de lucro, no âmbito do sistema de ensino a situação ideal certamente seria a de que a transmissão de cultura não fosse compreendida como um artigo de mercado, comercializado como uma coisa consumível e descartável. A educação deve estar sob a condução dos educadores, eis o grande mote a ser seguido quicá em uma situação ótima na posteridade, livre da ação corruptora dos “diretores-burocratas”. O espírito pedagógico não pode ser subvertido em

nome da lógica fria e calculista do lucro acima de todo princípio cultural e educacional, e tais diretores devem ser excluídos de suas funções, de modo que educadores autênticos conduzam os rumos das instituições pedagógicas.

A circunstância que torna um diretor escolar digno de vilipêndio de qualquer intelectual crítico da decadência do sistema educacional consiste na sua incapacidade de fazer uso do poder adquirido para promover o progresso da educação como prática de autonomia da consciência perante as determinações fetichistas da sociedade de consumo, circunstância que se encontra absolutamente fora do seu mesquinho campo de valores, associados apenas ao enriquecimento pessoal e a aquisição de bens materiais para preencher o vazio de sua existência decadente. A figura caricata que podemos fazer do “diretor-burocrata” é a de um tipo humano incapaz de esconder a sua adiposidade saliente, pois os prazeres gastronômicos se tornam em sua existência estéril o recurso maior para obtenção de prazer sensível, o único possível para ele, pois desprovido de qualquer refinamento moral, estético e espiritual. O “diretor-burocrata” adepto das domingadas pedagógicas apresenta analogias simbólicas com raposas e com porcos (para malgrado desses animais), pois ele é capaz de aliar caracteres ardilosos e grosseiros em seus procedimentos administrativos, evidenciando assim a sua ausência de sofisticação intelectual, não obstante a importância do cargo que ele ocupa em sua instituição comercialista de ensino.

Se porventura Dante Alighieri vivesse em nossa época contemporânea, certamente ele deveria reescrever alguns cantos do “Inferno” de sua *Divina Comédia*, colocando junto com os ladrões e os avaros os “especuladores

da cultura e da educação”, fazendo arder no fogo punidor a gordura maldita do praticante das domingadas pedagógicas.

### **Cenas da vivência educacional sob a égide do comercialismo educacional**

Visualizemos a seguinte situação: uma professora já previamente demitida por ordem do mantenedor geral, o especulador financeiro travestido de diretor de ensino, sem ter ciência de sua situação junto ao colégio, segue rigorosamente o seu compromisso profissional e se apresenta normalmente para lecionar a sua aula programada. Chegando ao estabelecimento de ensino, é notificada que ela está demitida e, tanto pior, outra professora já fora contratada para substituí-la imediatamente.

Ora, o que podemos dizer de uma instituição pedagógica que comete a seguinte atrocidade contra a atividade profissional de uma educadora? Onde está o planejamento pedagógico da instituição? Todo professor é insubstituível a nível existencial, cada um possui um método didático próprio e, em especial, possui uma subjetividade e uma dimensão afetiva inalienável. Nessas condições, a turma na qual a professora demitida lecionava a sua disciplina certamente sofrerá para se adaptar a tal mudança, pois a relação entre professor e aluno não ocorre apenas a partir de um viés técnico-profissional, mas também por disposições afetivas, afinidades interpessoais. Essa situação retrata nitidamente o valor de um professor no mercado de ensino brasileiro. Onde está o respeito ético pela figura do docente? Curiosamente, a instituição comercialista de ensino, para fortalecer sua marca no mercado de consumo de ensino, exige a postulada atividade ética de seus professores, mas ela própria não segue de forma recíproca tais mandamentos.

No senso comum, confunde-se a noção de **ética** com a noção de **deontologia**, decorrendo daí o cometimento de inúmeras arbitrariedades em relação ao milenar saber filosófico. **Ética** é a capacidade individual de se refletir sobre o valor de uma ação no contexto pessoal e social, e de que maneira nos posicionamos diante das regras estabelecidas; **deontologia**, por sua vez, nada mais é do que o código prescritivo que regulamenta a atividade profissional de um determinado grupo, adotando sobre este um poder de legislação universal. O que se chama vulgarmente de **código de ética** em verdade é **deontologia**, pois a ética não pode ser prescritiva nem regulamentada universalmente.

Outro conceito que deve ser também desconstruído e desmistificado consiste no malfadado “filosofia da empresa”. Filosofia é uma atividade intelectual, rigorosa, consistente, e mesmo que desprovida de sistematicidade, encontra, todavia, uma coerência orgânica na sua estruturação. O que se chama usualmente de “filosofia da empresa” ou “nossa filosofia” dentre outras possibilidades similares é em verdade **ideologia**, que é uma perspectiva valorativa sobre a realidade marcada por expressar o ponto de vista parcial da instituição, através de sua adequação a parâmetros sociais, econômicos, religiosos, culturais e políticos, mascarando suas contradições internas perante a opinião pública, usualmente alienada em relação aos problemas cotidianos da instituição na qual deposita sua credibilidade. Nesses termos, uma instituição de ensino religiosa segue a ideologia do credo da qual se diz sectária, da mesma forma que um colégio adepto do regime comercialista difundirá valores materialistas nos seus discursos. Entretanto, em geral, a ideologia de qualquer instituição se caracteriza por

escamotear as suas genuínas intenções e práticas para gerar um efeito retórico sobre a comunidade dos pais provedores e possíveis novos clientes para os serviços educacionais, isto é, comerciais, proporcionados pela instituição comerciária de ensino. Segundo Gilda de Castro,

Atualmente, os alunos são encarados como clientes por escolas privadas; logo, não podem sofrer qualquer contrariedade, embora todos saibam que muitos vão às aulas sem interesse pela aprendizagem. Estão ali apenas para cumprir uma determinação paterna ou exigência legal/paternal, rebelando-se, principalmente, diante de atividades que classificam como mais difíceis ou maçantes. O mestre torna-se, então, uma figura desprezível, porque cobra produção de quem deseja impor conteúdo, métodos, cronograma e normas de conduta, embora esses estudantes não tenham ainda condição para avaliar a relevância que futuramente terão os exercícios escolares na sua formação acadêmica ou profissionalizante nem pretender cumprir plenamente seu papel que implica assimilação das mensagens apresentadas pela escola (CASTRO, 2003, p. 16-17).

Vejamos uma palavra de ordem que representa um discurso ideológico: “Educar com confiança”. O que isso de fato significa para a instituição comerciária de ensino? Educar se converte, para o domingueiro diretor comercialista, um meio para obtenção de lucros indébitos, pois essa riqueza usurária nasceu da exploração sobre o diligente trabalho do professor. Tal expressão não faz sentido algum quando o seu quadro docente vive em constante ameaça de demissão e recebe salários incompatíveis com as demandas inflacionárias de nosso instável mercado, sintoma típico da instabilidade

profissional do professorado brasileiro. “Educar com confiança” exige o estabelecimento de uma relação dialética entre professores, alunos e responsáveis, de modo a se lutar pelo progresso cultural e emancipação existencial de todos os envolvidos na dinâmica pedagógica. Quando o professor é constantemente prejudicado em suas atividades profissionais pela falta de condições salútares de trabalho e constantemente recebe uma massa de alunos desprovida de educação por causa do descaso dos seus pais, que transferem para a instituição de ensino essa responsabilidade soberana, certamente se torna difícil qualquer conquista de confiança. Talvez apenas o diretor domingueiro tenha plena confiança em sua vida usurária, pois sabe que a cada mês sua conta bancária se enriquecerá ainda mais.

Para que se eduque com confiança, é imprescindível que o diretor do estabelecimento de ensino suprima as disposições usurárias de seu ânimo, postulando rigorosamente o benefício cultural de todos os indivíduos envolvidos na dimensão espaço-temporal da instituição pedagógica; caso contrário, “educar com confiança” é apenas uma expressão vazia, um discurso ideológico típico da mediocridade do projeto de ser humano que é moldado nesse estabelecimento de ensino que somente forma novas gerações de conformistas burgueses alienados que perpetuam a ordem estabelecida reacionária na qual vivemos. É um avilte que citações descontextualizadas de grandes pensadores como Kant, Paulo Freire ou Edgar Morin adornem pórticos ou sites institucionais desses estabelecimentos comerciários de ensino. Melhor seria se os nomes dos ideólogos neoliberais estivessem vinculados a tais marcas, procedimento sem dúvida muito mais coerente axiologicamente.

Nem mil volumes de escritos pedagógicos conseguiriam abordar as falácias estúpidas enunciadas pelas corporações comercialistas de ensino, que tentam, através de belas palavras, seduzir novos consumidores-estudantes para os seus quadros. Quando uma instituição de ensino necessita fazer publicidade comercial dos seus serviços educacionais, é sinal de que seus propósitos efetivos não são pedagógicos, mas financeiros. O que possui qualidade prescinde de publicidade.

Curiosamente, muitas instituições de ensino dominadas pelos diretores adeptos das domingadas pedagógicas apresentam elementos humanísticos nas suas grades curriculares. A iniciativa de se inserir a disciplina de Filosofia nas turmas do segundo segmento do Ensino Fundamental (6º- 9º ano) é fruto da necessidade cada vez maior da sociedade tecnicista humanizar as suas relações sociais e políticas, promovendo um nível de reflexão mais intenso nos seus cidadãos; para tanto, nada mais conveniente do que motivar o desenvolvimento do autêntico pensamento abstrato nos jovens, para que eles progressivamente desenvolvam as suas capacidades intelectuais. Entretanto, é imprescindível que haja um planejamento pedagógico adequado da parte da instituição educacional, e uma das primeiras condições para a realização ótima desse propósito consiste na inclusão de ao menos dois tempos de aula semanais por turma, para que se realize uma atividade filosófica consistente; tempo menor do que isso se torna apenas um escamoteamento da necessidade de se inserir no currículo escolar a disciplina de Filosofia. Porém, é evidente que, de um modo geral, as instituições “comerciárias” de ensino somente incluem as disciplinas efetivamente reflexivas nas suas grades curriculares em decorrência das

exigências das portarias pedagógicas das secretarias de ensino, e não por interesse de promover realmente o progresso intelectual de uma juventude cada vez mais dispersa psiquicamente, que somente atende aos estímulos sensoriais mais intensos.

Sabemos que a divisão dos horários das disciplinas nas turmas colegiais segue parâmetros puramente ideológicos, de forma a neutralizar a importância das matérias reflexivas em relação às disciplinas que exigem acima de tudo a decodificação acrítica de informações e a assimilação de fórmulas dogmáticas; caso similar ocorre quando não se faz uma distribuição de tempo adequadamente planejada. Por exemplo, quando a disciplina de Educação Física é ministrada no primeiro tempo de aula, certamente o rendimento pedagógico dos estudantes será menor na hora seguinte, pois o organismo necessita de uma quantidade de tempo adequada para relaxar e se concentrar no conteúdo da outra disciplina.

Existe de fato uma relação autêntica entre a moralidade e a infraestrutura de uma instituição pedagógica “comerciária”? A partir do momento em que o professor é explorado profissionalmente pelo estabelecimento de ensino, a resposta certamente será negativa; mais ainda, se revela a ausência de qualquer moralidade genuína em tal instituição quando o seu corpo docente se encontra acuado pela flutuação da insegurança profissional e, tanto pior, quando a esfera mantenedora, desvinculada de qualquer compromisso pedagógico, interfere no processo educacional do estabelecimento de ensino. Todavia, um dado colégio, quando regido pelo sistema comercialista, visa em especial obter lucro, tornando assim a promoção da cultura e da educação um elemento

secundário. Nesses termos, é uma estultícia o ato de se pregar a existência de relações morais no âmbito de uma instituição pedagógica regida pela especulação econômica da cultura.

Muitas instituições comercialistas de ensino se comprometem a integrar em seus quadros discentes jovens pobres de comunidades economicamente desfavorecidas, de modo a lhes proporcionar educação e cultura como instrumento de emancipação social. No entanto, apesar de todo esforço da equipe pedagógica dessas instituições comandadas por diretores adeptos das domingadas pedagógicas, esses estudantes em geral são segregados pelos demais colegas de turma, carecendo assim de uma autêntica integração humana entre a coletividade de estudantes. Tal situação é lamentável, pois a iniciativa de acolher esses estudantes materialmente desfavorecidos é diluída pela falta de experiência cívica e cidadã da grande maioria do corpo discente aburguesado, cuja consciência social se limita aos espaços idiotizados da casa e do Shopping Center. A escola é espaço de exercício da cidadania, e não apenas um local que se frequenta diariamente para se assimilar passivamente conteúdos intelectualmente descontextualizados. É muito importante ressaltar que os valores morais e o senso de cidadania devem ser ensinados em especial pela família, cabendo a um estabelecimento de ensino transmitir os conteúdos pedagógicos de cada disciplina e reforçar, mediante a convivência pública cotidiana, a consciência cidadã; no entanto, o ritmo vertiginoso do sistema de trabalho em nossa sociedade capitalista e o despreparo familiar impede que os filhos recebam a educação conveniente em seus lares, de modo que os pais projetam para a instituição escolar a responsabilidade pela educação total dos filhos, alienando-

se de seu dever primordial. Segundo Hannah Arendt

Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-las de tomar parte em sua educação [...] A autoridade foi recusada pelos adultos, e isso somente pode significar uma coisa: que os adultos se recusam a assumir a responsabilidade pelo mundo ao qual trouxeram as crianças [...] A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens (ARENDDT, 2011, p. 239; p.240; p. 241).

A família burguesa acredita que basta fornecer aos filhos o conforto material e o lazer para que seus rebentos possam alcançar o equilíbrio mental e a felicidade; todavia, as benesses materiais não bastam para formar convenientemente os filhos para o desenvolvimento de uma vida cidadã. Em relações familiares cada vez mais desprovidas de diálogo, os jovens encontram no espaço escolar a válvula de escape para satisfazerem suas necessidades existenciais de comunicação e de reconhecimento humano. Gilles Lipovetsky apresenta um elucidativo comentário sobre o problema da exaustão do modelo familiar tradicional:

(...) os pais, negligentemente, descarregam a própria culpa nos professores; não fiscalizam o comportamento dos filhos, cada vez mais embrutecidos diante da televisão; e não são mais capazes de inculcar respeito. À medida que o filho vai galgando os primeiros passos, as lacunas da educação familiar vão sendo mais

sistematicamente apontadas e criticadas (LIPOVETSKY, 2005, p. 143).

Esses pretensos responsáveis legais dos alunos são geralmente arredios a todo tipo de crítica ao seu comportamento complacente e irresponsável, e a redação de um documento destacando que de um modo geral as motivações do baixo rendimento pedagógico do corpo discente, enfatizando precisamente a ausência de um rigor disciplinar da família na formação existencial dos jovens, é uma iniciativa pedagógica que raramente é bem recebida de bom grado por alguns responsáveis, certamente pelo fato de que o professor crítico da decadência cultural aponta as suas falhas graves na educação familiar dos seus jovens, seja pela permissividade que lhes é concedida na vida cotidiana, seja pela ausência de estímulo para a constante superação das suas capacidades intelectuais, seja pela falta de diálogo existente entre pais e filhos na nossa dita “sociedade pós-moderna”.

Grande parte das instituições comercialistas de ensino, seguidoras da cartilha da educação mínima, não estabelecem o regime de internato para seu corpo discente, de modo que os jovens passam 3/4 do dia fora do ambiente escolar, cabendo então aos pais e responsáveis fornecer aos seus filhos a educação cidadã devida. As falhas ocorridas nesse processo, por conseguinte, se dão pela incapacidade desses pais realizarem adequadamente as suas funções de educadores no âmbito familiar. A ideologia comercialista de ensino, todavia, insufla na mentalidade desses responsáveis alienados das suas obrigações existenciais a falsa noção de que cabe exclusivamente a escola “formar” o estudante.

Percebe-se assim o rumo distópico seguido por nossa atual conjuntura

social, refletida na cada vez mais crescente inaptidão dos jovens de participarem efetivamente de um modelo de vida escolar desatualizado, enfadonho e burocrático; contudo, poucos jovens se engajam politicamente pela transformação das bases reacionárias de nosso modelo de ensino e suas estruturas arcaicas, desprovidas de espírito dialógico. Não será através de resistências infantis que o nosso sistema educacional se transformará, mas sim mediante a emancipação existencial autônoma dos jovens estudantes e, para tanto, é imprescindível que o espírito de consumismo seja suprimido do imaginário juvenil. Esse contínuo esvaziamento intelectual da juventude brasileira é ainda potencializado pelo fato de que grande parte dessa massa juvenil segue os ídolos midiáticos como se tais fossem os enunciadores da verdade divina, assim como adoram as inovações tecnológicas como fetiches que estabelecem relações diabólicas entre seus interlocutores, perdendo qualquer vínculo concreto com a imanência social, pois idiotizados com seus apetrechos eletrônicos; tal distúrbio cognitivo e existencial é promovido pelos meios de comunicação, pela diluição da experiência familiar pautada pelo amor autêntico e pelo sistema informativo da estrutura escolar, que despeja um conjunto de conteúdos pedagógicos na mentalidade passiva dos jovens sem que exista uma atividade de contextualização e reflexão sobre os mesmos.

Pensando de forma pragmática, podemos considerar o seguinte: cabe ao grupo mantenedor, alheio ao processo pedagógico, cuidar das finanças e da ordem material da instituição escolar; cabe aos professores e equipe pedagógica realizar com dedicação e autoconfiança os seus ofícios profissionais. Quando a burocracia

especulativa interfere no processo educacional, ocorre então aquilo que criticamos de forma tão veemente em nosso escrito: a malfadada “domingada pedagógica”.

### Considerações finais

Esse texto pode ser considerado pelo leitor paciente como uma espécie de libelo contra a apropriação indébita que a especulação econômica exerce sobre a nossa atual conjuntura educacional e cultural, inserindo valorações “empresariais” no âmbito da realidade intelectual das instituições de ensino. Afinal, conforme vimos no decorrer dessas linhas, tal dispositivo anódino faz dos bens culturais um vulgar sistema comercial que se perpetua mediante a especulação usurária do processo educacional, prejudicando tanto os professores como também os estudantes, os supostos beneficiários da educação. Nessas condições, tanto os estudantes como os professores se tornam instrumentos de dominação ideológica desse regime corruptor, que melhor exalta economicamente os especuladores da educação. A autêntica cultura apenas perpetua as obras dos genuínos criadores, que serão estudados no porvir pela comunidade dos pesquisadores autênticos, enquanto os burocratas travestidos de “diretores escolares” apenas obterão o razoável enriquecimento das suas contas bancárias, a aquisição de bens materiais e a degustação de pratos saborosos, mas esta já é a sua recompensa, pois não querem nada mais do que isso.

Uma instituição pedagógica que promove autenticamente a educação valoriza o mérito profissional dos seus professores; o sistema acadêmico brasileiro carece de uma quantidade maior de professores intelectualmente

qualificados, seja em nível de titulação, seja em produção intelectual. Nessas condições, uma instituição “educacional” que não acolhe adequadamente um profissional academicamente distinto dos demais certamente não está comprometida com o progresso da cultura em nosso país, demonstrando assim que é supérflua, não obstante os lucros obtidos. Certamente o espaço físico de tal estabelecimento de ensino, propagador de valores comerciais, poderia ceder lugar a instituições efetivamente comprometidas com a promoção da educação, tais como livrarias, museus, cinemas e teatros.

### Referências

- ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- CASTRO, Gilda de. **Professor submisso, aluno-cliente: reflexões sobre a docência no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CEREZER, Cleon & OUTEIRAL, José. **Autoridade e mal-estar do educador**. São Paulo: Zagodoni, 2011.
- CONTRERAS, José. **A autonomia dos professores**. Trad. de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012.
- DANTE ALIGHIERI. **A Divina Comédia**. Trad. de Ítalo Eugênio Mauro. Editora 34, São Paulo, 1999.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista**. O crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Trad. de Armando Braio Ara. Barueri: Manole, 2005.
- SIBILIA, Paula. **Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- VON MISES, Ludwig. **Intervencionismo: uma análise econômica**. Trad. de Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.